

Organização Sindical

XII Congresso reafirma que os trabalhadores da Unicamp vão à luta!

Combate às terceirizações, mobilização pelas 30 horas na área da saúde, unidade dos trabalhadores e fim da estrutura sindical atrelada ao Estado estão entre as resoluções.

O XII Congresso de Trabalhadores da Unicamp reuniu mais de 170 delegados de praticamente todos os locais de trabalho, reafirmando a importância da organização da categoria para fortalecer as lutas dentro e fora da Unicamp. O combate às terceirizações na Universidade e a necessidade de retomar a campanha pela retomada da jornada semanal de 30 horas na área da saúde estiveram entre os principais debates e resoluções.

Com a aprovação da Tese 4 - “Vamos à Luta!” como tese guia, os servidores reafirmaram a importância da ruptura do STU com as ilusões depositadas por uma parcela do movimento sindical nos governos do PT e a prioridade ao enfrentamento permanente às tentativas de precarização do trabalho, desmonte dos serviços públicos e à falta de democracia e transparência administrativa na Unicamp (marcas das gestões historicamente vinculadas ao governo do PSDB).

Entre as principais conquistas desse processo, foram destacados o reajuste do auxílio alimentação (cujo valor foi triplicado nos últimos dois anos) e a adoção de uma política de recomposição da isonomia dos pisos salariais com a USP. Essas vitórias só foram possíveis devido à mobilização da categoria, ainda que as reitorias Fernando Costa e Tadeu tenham feito de tudo para dificultar a implementação desses direitos – como no caso da isonomia, arrastada por mais dois anos pela atual administração.



Principais resoluções do XII Congresso

O **Boletim do STU** publica abaixo as principais propostas aprovadas no congresso. A íntegra das resoluções será publicada em breve no site do sindicato na internet (www.stu.org.br).

- ▶ Fim das terceirizações e do assédio moral na Unicamp
- ▶ Implementação imediata da jornada de 30 horas na área da saúde
- ▶ Mais verbas para a educação e a saúde públicas
- ▶ Fim do fator previdenciário (que reduz as aposentadorias em até 40%) e paridade entre ativos e aposentados
- ▶ Proporcionalidade na composição da diretoria, com participação de todas as chapas concorrentes que obtiverem no mínimo 10% dos votos
- ▶ Devolução aos trabalhadores da parcela do imposto sindical que cabe ao STU (60%) e reivindicação de que a Fasubra também devolva a parte que recebe (15%)
- ▶ Eleição do Conselho Fiscal, que será composto por 5 membros (dois indicados pela tese “Vamos à Luta!”, dois indicados pela tese “Alerta Unicamp” e membro da tese “Vamos à luta Juntos!”)
- ▶ Suspensão dos leilões do petróleo



Eleições antecipadas com proporcionalidade

O congresso também aprovou a antecipação das eleições para a diretoria do STU, que tradicionalmente acontecem no mês de agosto. O processo eleitoral do ano que vem acontecerá em abril.

A proporcionalidade na com-

posição da diretoria (modelo eleitoral em que todas as chapas concorrentes podem fazer parte da direção, de acordo com o número de votos que receberem) será retomada, revisando a decisão do X Congresso dos Trabalhadores da Unicamp, ocorrido

em 2009. Naquele congresso, ficou definido que apenas a chapa mais votada assumiria a direção do STU. No ano que vem, todas as chapas que superarem o patamar mínimo de 10% dos votos serão parte das coordenações do sindicato.

Contra o sindicalismo chapa branca e de carimbo

A representação sindical também foi tema de debate no Congresso. Hoje, o modelo de sindicalismo em vigor no Brasil determina que após o registro de uma entidade sindical no Ministério do Trabalho é ela quem “representa” determinada categoria. Aqui dentro da Unicamp mesmo há um exemplo de como esse modelo é desastroso para os trabalhadores.

Os funcionários da Funcamp, “representados” juridicamente por um sindicato que não tem nenhuma ação efetiva em defesa dessa parcela da categoria, recebem salários e bene-

fícios menores para realizar as mesmas funções dos contratados diretamente pela Unicamp. E ainda estão sujeitos a demissões sumárias, muitas vezes utilizadas como instrumento de repressão à luta por direitos e melhores condições de trabalho.

O STU acredita na unidade da categoria e defende que os trabalhadores devem decidir que entidade sindical lhes representa, incluindo os contratados pela Funcamp e terceirizados. Essa foi mais uma das principais resoluções do XII Congresso, que também incluiu o rechaço

ao sindicalismo atrelado a governos, patrões e à reitoria.

Além disso, os trabalhadores reafirmaram que o STU deve continuar fomentando as iniciativas reais de lutas unificadas e apoiando ativamente os movimentos que enfrentam os governos, assim como as oposições sindicais comprometidas com a renovação do sindicalismo brasileiro. Para a tese “Vamos à Luta!” essas resoluções são parte importante das mobilizações que sacudiram o país em junho deste ano, nas quais os trabalhadores da Unicamp também se fizeram presentes.



Não ao imposto sindical!

Os trabalhadores também aprovaram uma resolução reafirmando a proposta defendida pela gestão “Vamos à Luta!” pela devolução do imposto sindical. O imposto retira obrigatoriamente, por lei, um dia de salário de todo trabalhador registrado para financiar sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais e uma parte do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A atual direção do STU é contra esse desconto compulsório por acreditar que as entidades sindicais devem se sustentar com a contribuição voluntária dos trabalhadores. Por isso, neste ano, conforme decisão já aprovada no XI Congresso dos Trabalhadores da Unicamp, o STU devolveu a parcela que cabia ao sindicato (60% do valor descontado) a mais de três mil servidores. Vale lembrar que a devolução promovida pelo sindicato não é obrigatória, mas sim um posicionamento da gestão “Vamos à Luta!” aprovado em congresso.

Pela resolução aprovada agora, a partir de 2014 o STU solicitará também à Fasubra que devolva a parte transferida pela Unicamp à Federação (15% do montante descontado do trabalhador).

Campeonato de society, exposição e passeio estão na agenda do STU

Neste mês de novembro o STU tem uma série de atividades marcadas para integração da categoria. Acontecem nos próximos dias o Torneio de Futebol Society Zumbi dos Palmares e a exposição fotográfica “**Tempo e Memória: Olhar Negro sobre a Universidade**”. E no dia 30, será realizada a excursão a Águas de São Pedro e Santa Maria da Serra.

A exposição e o torneio são parte das homenagens promovidas pelo sindicato ao mês da Consciência Negra, que tem no 20 de novembro (data do assassinato do líder do maior quilombo da história da resistência à escravidão no Brasil, Zumbi dos Palmares) o ponto alto. A data é feriado em 1.047 municípios brasileiros, incluindo Campinas, como fruto da luta do movimento negro contra a discriminação racial que ainda é marca no país.

Torneio – O já tradicional campeonato de futebol society acontecerá entre os dias 9, 10, 16 e 17, com a final no dia 20 de novembro, na Associação Beneficente e Recreativa dos Subtenentes e Sargentos de Campinas (ABRSSC) à Rua Herculano Couto, 375 – Jardim Chapadão.

Exposição – A mostra de fotografias terá início no dia 11 e vai até o dia 29 no Espaço Cultural Casa do Lago, com imagens dos trabalhadores negros da Universidade em seus locais de trabalho.

Excursão – Os interessados em se inscrever para participar do passeio às cidades de Águas de São Pedro e Santa Maria da Serra ainda podem fazê-lo. A excursão acontece no dia 30 de novembro, com saída do Largo do Pará às 6h30 e retorno a Campinas previsto para as 16 horas. Com direito a passeio de barco e orientação de um guia turístico, a atividade promete muita diversão a custo acessível.

O valor do passeio para pessoas maiores de sete anos é de R\$ 101,00. Crianças até seis anos pagam R\$ 67,65 se viajarem em assento próprio ou R\$ 33,35 (no colo de um adulto). As vagas são limitadas e as reservas devem ser feitas junto à secretaria do STU.

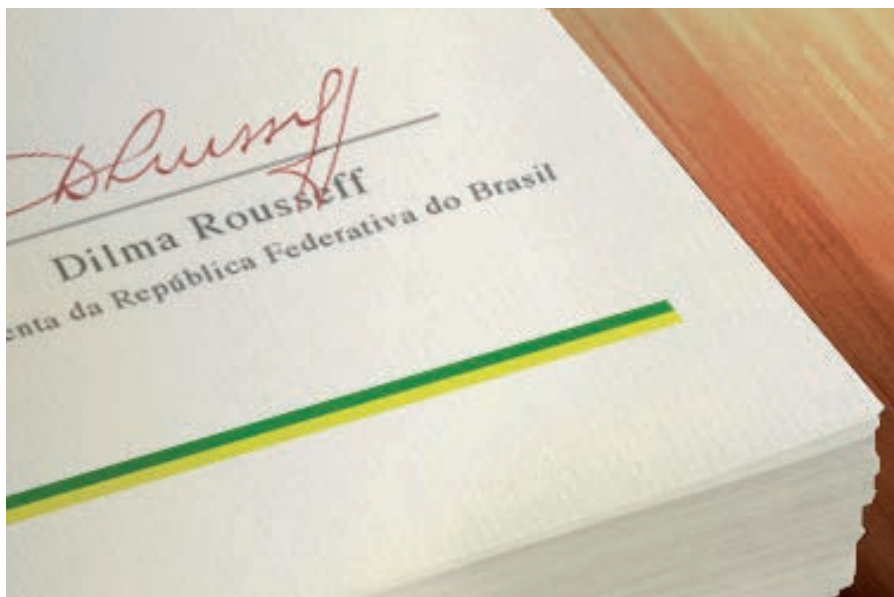
Dilma sanciona lei que aprofunda privatização nas universidades

No dia 25 de setembro a presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei 12.683/2013. O texto além de alterar a carreira docente nas universidades federais introduziu de contrabando na legislação brasileira a possibilidade das fundações “de apoio” às universidades federais e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserrh) formalizem convênios e contratos com instituições privadas.

O Boletim do STU entrevistou o 1º vice-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes-SN), Luiz Henrique Schuch, sobre as mudanças.

Schuch lembra que essas formas de privatização vêm ganhando força desde a década de 1990. “Vem ocorrendo pressão para privatização por dentro dos entes públicos via promiscuidade de ações e funções com organismos privados”.

Os contratos e convênios permitidos pela nova legislação vigente



são uma “tentativa de legalizar, em afronta à Constituição, o conflito de interesses, a quebra dos princípios da legalidade. A categoria docente não aceita esta carreira e não dará tréguas ao governo, exigindo que abra negociações efetivas para a sua rees-

truturação. Além das ações políticas, estamos estudando outras medidas cabíveis com nossa assessoria jurídica e com outras entidades”, finaliza Luiz Henrique.

A diretoria do STU apoia o Andes-SN nessa luta.

Plantões do Jurídico

O departamento Jurídico do STU já agendou os próximos plantões nos campi de Piracicaba e Limeira. Para obter informações ou marcar atendimento ligue para o ramal 17412 e fale com Zé Prettu ou Thaís. Também é possível agendar pelo e-mail: juridico@stu.org.br.

Piracicaba: 13/11 (quarta-feira):

para atendimento trabalhista, previdenciário, mudança de regime e correções do FGTS.

•8h30 às 10h: Colégio (Centro de Piracicaba);
•10h30 às 11h30: FOP

Limeira: 13/11 (quarta-feira):

atendimento trabalhista e cível.

•13 às 15h: COTIL